



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 7 (Mandato 2025-2029)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro, 24 e 25 de fevereiro e três de março de dois mil e vinte e seis

Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, nas instalações do Clube Dramático de Instrução e Recreio, 31 de Janeiro “Os Celtas”, sitas na Rua Dr. Manuel Pacheco Nobre, 124, 2830-080 Barreiro, teve início a Sessão Ordinária de fevereiro.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, e Vereadores Sara Ferreira, Duarte Machado, Rafael Plowden, Gonçalo Camacho, Rui Pereira, Maria João Regalo, Nicole Gabriel e José Paulo Rodrigues.

(07:06 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, agradeceu ao Clube Dramático de Instrução e Recreio, 31 de Janeiro “Os Celtas”, por ter acolhido a Assembleia Municipal do Barreiro nas suas instalações. Anunciou a participação de um grupo de estudantes da Escola da Quinta Nova da Telha, Agrupamento de Escolas dos Casquilhos, no período da intervenção do público e endereçou uma palavra de incentivo ao seu trabalho e de reconhecimento ao trabalho dos professores. Anunciou os pedidos de substituição e de suspensão:

Substituição na Assembleia Municipal
João Costa substituído por André Brás dos Santos
Antínia de Moraes substituída por Gonçalo Vilhena (tomada de posse)
Érica Gil substituída por Pedro Matos (tomada de posse)
Hugo Cruz substituído por Pedro Gonçalves
Joana Medeira substituída por Patrícia Ferreira
Suspensão de Mandato na Assembleia Municipal
Raquel Nunes (no período de 23 a 27 de fevereiro) substituída por Bruno Maia
Substituição na Câmara Municipal
Rui Braga substituído por Duarte Machado
Carlos Guerreiro substituído por Nicole Gabriel

Estiveram presentes trinta e um deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo II**.

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados David Rodrigues e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

(09:22 do vídeo)

O Presidente do Clube Dramático de Instrução e Recreio, 31 de Janeiro “Os Celtas”, Manuel Pereira, em nome dos Órgãos Sociais do Clube, agradeceu a escolha do espaço e deixou a todos um abraço associativo.

(10:15 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, iniciou registando que, fora na Assembleia da República que tomara conhecimento da decisão de encerrar a Urgência de Obstetrícia no Hospital do Barreiro, que era sua obrigação protestar pelo facto de as autarquias locais não terem sido informadas da decisão, e que já dera conhecimento dessa intenção aos Líderes dos Grupos Municipais e ao Presidente da Câmara. “Cada força política tem o direito de ter as suas visões sobre a sociedade, nesta Casa nós temos do CHEGA ao Bloco de Esquerda, temos um espectro de visões sobre o que entendemos melhor para o nosso País. Ninguém é dono da razão e todos temos o direito de governar como sabemos, como queremos e como podemos. Mas há uma coisa que tem a ver com os 50 Anos do Poder Local que se vão celebrar no dia dois, e como Presidente da Assembleia Municipal acho inaceitável que o Município do Barreiro, à imagem do que aconteceu com o Município da Moita, do Montijo e de Alcochete, não tenham sido informados sobre o fecho de uma Urgência tão relevante. Notem que não estou a fazer um juízo sobre o Primeiro-Ministro, não estou a fazer juízo sobre a competência da Ministra, não estou a fazer um juízo sobre os partidos que apoiam o Governo, estou a dizer que a Autarquia do Barreiro, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, são confrontadas com um anúncio na Assembleia da República de uma coisa tão gravosa para nós. É justo que cada um nesta Casa tenha uma posição diferente, é justo que noventa e nove por cento dos deputados concordem ou discordem, que cinquenta por cento possam tomar uma posição... o que não é justo, é que eu como Deputado da Assembleia da República tenha tido uma informação, que vocês como autarcas não tiveram, não é justo e não é correto, e portanto, eu suspendo os nossos trabalhos por cinquenta e nove segundos, é uma questão simbólica mas tem que ficar apontado, porque nós vamos ter uma discussão política, e não temos os elementos para explicar ao povo que nos elegeram o porquê do que está a acontecer. E como não podemos discutir, vamos ter este protesto simbólico. É a primeira vez que o faço, espero nunca mais o voltar a fazer..., fica para memória futura e vincula-me a mim e só a mim, quem se quiser associar, é só uma questão de dizer.”, acrescentou.

Os trabalhos foram suspensos.

(14:25 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “volto a dizer que segundo o nosso ordenamento jurídico, eu fui eleito entre pares, mas sou um Órgão e darei nota pública deste protesto à Lusa e quem entender associar-se basta dizer à Mesa, caso não entendam eu assumo-a como minha.”, frisou.

Associaram-se ao protesto os Grupos Municipais do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, do CHEGA e da Coligação Democrática Unitária.

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, referiu que na nota de imprensa apenas iria reiterar o que já dissera, e dela daria conhecimento a todos os Grupos Municipais. Fez o ponto de situação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Municipais.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

(16:60 do vídeo)

Verónica Diogo Mota Calvo, na qualidade de representante dos alunos da Turma 8.ºC da Escola Básica da Telha, do Agrupamento de Escolas dos Casquilhos, informou que a Turma vinha trabalhando a dimensão da democracia e das instituições políticas, no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Apresentou propostas de pequenas intervenções para melhorar a mobilidade e o conforto da comunidade escolar da Escola Básica da Telha.

(19:06 do vídeo)

Diogo Filipe Gamito Dias, como aluno da Turma 8.ºC da Escola Básica da Telha, do Agrupamento de Escolas dos Casquilhos, e também no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, apresentou uma proposta para colocação de redes apropriadas nas balizas de futebol do campo exterior da Escola, um investimento a rondar os cento e quarenta euros, que iria permitir melhorar o funcionamento, conforto e qualidade da prática desportiva.

(19:06 do vídeo)

Gonçalo Pereira Banza, como aluno da Turma 8.ºC da Escola Básica da Telha, do Agrupamento de Escolas dos Casquilhos, e também no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, apresentou a proposta de reparação da rede do recinto desportivo junto ao Bloco F, para impedir que as bolas invadissem o restante espaço escolar.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;

(25:03 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, informou que as Atas 2, 3, 4, 5 e 6 (Mandato 2025-2029), seriam votadas em Reunião de continuação. Enunciou os documentos que tinham dado entrada, insertos na Ata como **anexo III**.

A	BE	MOÇÃO - SÓ OS MUNICÍPIOS DEVEM FIXAR AS TARIFAS DA ÁGUA
B	BE	MOÇÃO - PELA DEFESA EFETIVA DO DIREITO À HABITAÇÃO NO PAÍS E NA CIDADE
C	BE	VOTO DE SOLIDARIEDADE COM A MOBILIZAÇÃO POPULAR NO IRAÓ E DE CONDENAÇÃO DA REPRESSÃO SOBRE OS PROTESTOS
D	PSD	SAUDAÇÃO - 8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER
E	PSD	VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUIS FILIPE VENÂNCIO COSTA MANO
F	BE	MOÇÃO - 8 DE MARÇO, DIA DE LUTA DAS MULHERS DE TODO O MUNDO
G	CDU	MOÇÃO PELA REVERSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA AMARSUL E O RESGATE DO SERVIÇO PÚBLICO DE RESÍDUOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL
H	CDU	MOÇÃO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER - IGUALDADE NA LEI E NA VIDA
I	CDU	VOTO DE SOLIDARIEDADE PELAS VÍTIMAS DAS TEMPESTADES E DAS CHEIAS
J	CDU	VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALFREDO FALÇAO
K	CDU	VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ISABEL HERNANDEZ
L	PS	VOTO DE SOLIDARIEDADE E PESAR PELAS CALAMIDADES QUE AFETARAM O CENTRO E O SUL DO PAÍS
M	PS	SAUDAÇÃO AO GRUPO DRAMÁTICO E RECREATIVO "OS LEÇAS"
N	PS	SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER - 8 DE MARÇO
O	PS	VOTO DE PESAR - CORONEL JOSÉ NUNO DE SANTA CLARA GOMES

P	PS	SAUDAÇÃO - 50 ANOS DA APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA PORTUGUESA (CRP) (2 DE ABRIL DE 1975)
Q	CH	MOÇÃO PELA LIBERDADE DIGITAL E CONTRA A VIGILÂNCIA ESTATAL DOS MUNICÍPIES
R	CH	SAUDAÇÃO PELO APOIO DAS FORÇAS ARMADAS ÀS POPULAÇÕES NA CRISE CLIMÁTICA
S	CH	VOTO DE PESAR - PELA RESILIÊNCIA E SOLIDARIEDADE PERANTE AS TEMPESTADES
T	CH	PELA DEFESA DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO E PELO RESPEITO PELOS ELEITORES
U	PSD	RECOMENDAÇÃO - BOLSAS DE MÉRITO PARA ESTUDANTES

(28:25 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, ao abrigo do nº 6 do artigo 39 do Regimento, interpelou a Mesa para apresentar uma Moção pela manutenção da Urgência de Obstetria e Ginecologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário. Sendo aceite distribuiria um exemplar à Mesa e aos Grupos Municipais.

(29:29 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, interpelou a Mesa para registar que a convocatória da Assembleia Municipal voltara a não respeitar o Regimento, não só no prazo do seu envio, mas também do envio dos documentos. Fundamentou a afirmação conforme consta no **anexo IV**.

(32:02 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, estando ao abrigo do disposto no Regimento, perguntou ao Plenário se não havia oposição à admissão da Moção pela Manutenção da Urgência de Obstetria e Ginecologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário. Não houve objeção, foi registado como letra V. Respondeu à interpelação do Deputado José Luís Ferreira e fez o ponto de situação sobre o desenrolar dos trabalhos da Comissão de Revisão do Regimento. Deixou uma palavra pública de agradecimento ao Presidente da Assembleia da República, pela iniciativa realizada com estudantes e autarcas do Distrito de Setúbal, em que estivera presente o Deputado Rodrigo Mendes, num momento que considerou importante conforme consta no **anexo V**.

(38:38 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, efetuou a leitura do documento E, "VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS FILIPE VENÂNCIO COSTA MANO".

(41:45 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, associou-se ao Voto de Pesar apresentado.

(42:05 do vídeo)

A Deputada Filipa Pinto, apresentou o documento L, "VOTO DE SOLIDARIEDADE E PESAR PELAS CALAMIDADES QUE AFETARAM O CENTRO E O SUL DO PAÍS", através da sua leitura.

(46:24 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, disse ao Deputado José Luís Ferreira que não tivera conhecimento da diferença de doze horas na convocatória da Assembleia, que se deveria à tolerância de ponto. Portanto do ponto de vista formal dava-lhe razão, mas sugeriu-lhe que refletisse, pois, a prática habitual era partilhar as ordens de trabalho e os documentos com mais antecedência do que era obrigatório, os grupos municipais eram envolvidos na escolha das datas e locais de realização das assembleias, pelo que todos os deputados já

estavam informados de quando iria ser. “A exigência que nós pomos nos formalismos é muito importante em democracia, se eu seguisse só aquilo a que a lei me obriga, entregar-lhe-ia muito menos democracia do que entrego..., mas dois errados não fazem um certo, o Senhor Deputado tem razão do ponto de vista formal, não acho que tenha razão no resto, mas nesse aspeto dizer que formalmente terei essa atenção, julgo que não havia necessidade disso, mas formalmente tem razão. Peço-lhe desculpa por não ter dito logo, não disse porque não sabia, e na defesa dos meus Serviços, sou sempre intransigente, portanto assumo também isso!”, concluiu.

(48:10 do vídeo)

O Deputado João Salvado, apresentou o documento V, “MOÇÃO PELA MANUTENÇÃO DA URGÊNCIA DE OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”, fazendo a sua leitura.

(53:38 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, referiu que o Bloco de Esquerda apresentara quatro documentos, mas era em relação à Moção apresentada pelo PS, que iria iniciar a intervenção. “Eu creio que certamente todos os partidos repudiam, digamos, o fecho do Serviço no Hospital, mas precisamos de mais. Precisamos mais do que esta Moção, precisamos de ação, precisamos de facto de demonstrar na rua a nossa indignação perante esta, digamos calamidade política que a Senhora Ministra hoje anunciou. Não podemos deixar os barreirenses e os outros todos que são servidos pelo Hospital nestas condições. Deixo já aqui um apelo a que esta Assembleia se manifeste também, juntamente com a Comissão de Utentes (não estou aqui a falar em nome deles, nem podia), mas creio que está marcada uma concentração à porta do Hospital para dia um de março às dez horas da manhã, e creio que é legítimo que a nossa indignação também se transforme na nossa presença nesse evento. E, é a proposta que vos deixo, e creio que temos tempo para discutir se sim, se não, mas acompanho sem sobra de dúvidas a posição do PS que é, creio que muito justa, mas precisamos também de mais, precisamos de ação na rua e manifestação, porque de facto isto assim já ultrapassa os limites.”, disse. Efetuou a leitura do documento B, “MOÇÃO - PELA DEFESA EFETIVA DO DIREITO À HABITAÇÃO NO PAÍS E NA CIDADE”.

(01:01:16 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, procedeu à leitura do documento Q, “MOÇÃO PELA LIBERDADE DIGITAL E CONTRA A VIGILÂNCIA ESTATAL DOS MUNICÍPIES”.

(01:04:24 do vídeo)

O Deputado José Caetano, efetuou a leitura do documento J, “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALFREDO FALCÃO”.

(01:06:38 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, congratulou os TCB pela passagem dos seus sessenta e nove anos de serviço público. Registou em nome do Grupo Municipal do CH a discórdia completa ao que era afirmado no documento B, e atribuiu ao BE e à geringonça chefiada por António Costa o descontrole completo da imigração e do aumento do custo de vida, e acrescentou que o reforço da habitação pública não podia ser visto como mais um descontrole.

(01:09:16 do vídeo)

O Deputado Rui de Carvalho, apresentou o documento M, “SAUDAÇÃO AO GRUPO DRAMÁTICO E RECREATIVO “OS LEÇAS”.”

(01:12:10 do vídeo)

O Deputado Nuno Paulino, fez a leitura do documento T, “PELA DEFESA DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO E PELO RESPEITO PELOS ELEITORES.”

(01:14:54 do vídeo)

A Deputada Cláudia Antunes, apresentou o documento K, “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ISABEL HERNANDEZ”, efetuando a sua leitura.

(01:16:18 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, associou-se ao Voto de Pesar apresentado.

(01:16:36 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, “Esta manhã, pela pior via possível, no mais claro desrespeito pelo Poder Local, recebemos a notícia que percebemos que já se vem preparando há muito tempo, do encerramento das Urgências de Obstetrícia”, comentou, continuando a sua intervenção conforme consta no **anexo VI**. Pediu a todos que fizessem ouvir a sua voz no domingo, às dez da manhã, no Hospital.

(01:21:12 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, por ter estado presente na Iniciativa Parlamento Próximo, e considerar a iniciativa muito interessante para os municípios barreirenses, pediu ao Presidente da Câmara que a pudesse replicar ao nível do Executivo. Efetuou a leitura do documento R, “SAUDAÇÃO PELO APOIO DAS FORÇAS ARMADAS ÀS POPULAÇÕES NA CRISE CLIMATÉRICA.”

(01:23:28 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, pronunciou-se sobre o encerramento da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do Barreiro, conforme consta no **anexo VII**. Fez a leitura do documento O, “VOTO DE PESAR - CORONEL JOSÉ NUNO DE SANTA CLARA GOMES”.

(01:28:58 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, apresentou a intervenção que consta como **anexo VIII**.

(01:33:02 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, interveio sobre o encerramento da Urgência Obstétrica do Hospital do Barreiro, conforme consta no **anexo IX**.

(01:36:56 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, efetuou uma intervenção sobre o encerramento da Urgência Obstétrica do Hospital do Barreiro, conforme consta no **anexo X**.

(01:39:42 do vídeo)

A Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, quis acrescentar a tudo o que já fora dito, o desrespeito pela saúde das mulheres e das famílias, e também o desrespeito a todos os Autarcas quer da Câmara Municipal quer das Freguesias, dado que não tinham sido ouvidos numa decisão tão importante. Revia-se no apelo feito pelo Presidente da Câmara e no domingo iria estar no Hospital.

(01:41:33 do vídeo)

O Presidente da Junta da Freguesia da União de Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, Carlos Raposinho, pronunciou-se sobre o encerramento da Urgência Obstétrica do Hospital do Barreiro, conforme consta no **anexo XI**.

(01:43:39 do vídeo)

A Presidente da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca, Isabel Ferreira, também ficara estupefacta com a notícia do encerramento, era um dia muito triste para as barreirenses e os barreirenses, partilhava de tudo o que fora dito pelo Presidente da Câmara, e no domingo lá estaria no Hospital.

(01:45:26 do vídeo)

O Representante do Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palhais e Coina, João Salvado, apelou à participação de todos na manifestação de domingo, e saudou a iniciativa. Palhais e Coina sabiam bem o significado de perder a capacidade de resposta na área da saúde, e o impacto na vida das pessoas e das famílias. A defesa do acesso a cuidados de saúde pública e de proximidade era uma causa que a todos devia unir, independentemente dos quadrantes políticos. Não se compreendia a decisão do Governo, nem a falta de contacto com os autarcas.

(01:47:00 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, em nome pessoal e do seu Grupo Municipal, considerou como uma facada no coração do Serviço Nacional de Saúde no Barreiro, o encerramento da Urgência Obstétrica do Hospital Nossa Senhora do Rosário, e continuou a sua intervenção conforme consta no **anexo XII**.

(01:50:58 do vídeo)

O Deputado Rui de Carvalho, “o meu pai chamava-se Edison Bravo de Carvalho, foi dos primeiros quatro motoristas dos TCB e hoje, seria com certeza um dia de festa para ele. Não é porque também foi motorista dos Bombeiros Voluntários do Barreiro, e muitas crianças lhe nasceram nos braços.”, comentou. Exortou o Grupo Municipal do PSD, nomeadamente Luís Bravo para estar no domingo, às dez horas, na manifestação que todos iriam fazer no Hospital do Barreiro.

(01:51:51 do vídeo)

A Deputada Marta Batista, era intenção apresentar a Saudação ao Dia Internacional da Mulher, mas não o iria fazer, por considerar um desrespeito, no dia em que fora anunciado o encerramento do Serviço de Obstetrícia do Hospital do Barreiro. A luta pela causa dos direitos das mulheres, mais do que nunca devia ser uma luta efetiva, pois, criar uma circunstancia de falta de apoio, numa altura de tão grande vulnerabilidade como uma gravidez, era inadmissível. Saudou a celebração dos 50 anos da Constituição da República e dos 50 Anos do Poder Local Democrático, saudou todas as mulheres presentes, e em nome delas todas as que tinham contribuído de forma relevante para a vida política e cívica do Barreiro. “E porque ainda hoje, se questionarem se é igual para uma mulher ou para um homem ocupar qualquer um destes cargos, a resposta é que não é. Não é no escrutínio, não é na conciliação da vida pública com a vida privada, não é na necessidade constante de a pessoa afirmar a sua autoridade e as suas competências e, portanto, continua a não ser igual, e talvez por isso continuamos aqui e vamos continuar. Obrigada!”, concluiu.

(01:54:39 do vídeo)

A Deputada Cláudia Antunes, pronunciou-se sobre a Moção apresentada pelo PS, conforme consta no **anexo XIII**.

(01:56:03 do vídeo)

O Deputado Adolfo Zambujo, efetuou a leitura do documento I, "VOTO DE SOLIDARIEDADE PELAS VÍTIMAS DAS TEMPESTADES E DAS CHEIAS".

(01:59:31 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, declarou que o anúncio de encerramento das Urgências de Obstetrícia do Hospital do Barreiro a todos apanhara de surpresa, e era um certificado de falência da gestão da saúde na região. "O Barreiro está a ser transformado passo a passo numa espécie de deserto de saúde pública. Alegar falta de condições é admitir que o Estado desistiu de fixar débitos e de investir na nossa Cidade, e o facto de empurrar as nossas mulheres grávidas do Hospital do Barreiro para o de Almada, é uma negligência geográfica que ignora o trânsito, as distâncias e acima de tudo a segurança das mães e dos bebés, e não aceitamos que o direito de nascer no Barreiro esteja sacrificado por uma folha de excel ministerial. Esta não é uma luta partidária, é uma luta de sobrevivência da nossa dignidade enquanto Concelho, por isso Senhor Presidente termino, afirmando que no próximo domingo contará com a nossa presença na defesa do Hospital do nosso Concelho. Estaremos lá ao lado dos barreirenses, porque o direito de nascer aqui em segurança é para nós, inegociável. Obrigado!", afirmou.

(02:01:10 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, "posição do PSD, comunicado de dois de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, já com o Governo do Partido Social Democrata. Vou só dizer o título para não perdermos tempo, Encerramento das Urgências de Obstetrícia do Hospital do Barreiro, PSD considera retrocesso inaceitável na prestação de cuidados de saúde da região.", respondeu ao Deputado Isidro Heitor. Ao apelo à participação na manifestação de domingo, o PSD já demonstrara que o principal interesse eram os barreirenses, e para estarem todos unidos, sugeriu que fosse vertida na Moção, uma preocupação com o fecho da Unidade de Cardiologia do Barreiro.

(02:02:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, sugeriu para agilizar o pedido, que o Deputado Luís Bravo fizesse a proposta ao proponente da Moção.

(02:02:50 do vídeo)

O Deputado Pedro Gonçalves, efetuou a leitura do documento U, "RECOMENDAÇÃO - BOLSAS DE MÉRITO PARA ESTUDANTES".

(02:05:10 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, em relação ao documento L deu nota de que, para além do Governo também as Autarquias Locais tinham falhado na prevenção das calamidades e era injusto aproveitar para, num voto de pesar dar uma palmadinha nas costas dos colegas das outras câmaras. Estando a favor das mulheres, não iriam votar a favor o documento N. O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Barreiro para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e seis, estava carregado de género, coisa que, como era sabido o Partido CHEGA era contra.

(02:07:01 do vídeo)

A Deputada Cláudia Antunes, fez a leitura das deliberações do documento H, “MOÇÃO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER - IGUALDADE NA LEI E NA VIDA”.

Os trabalhos foram interrompidos por cinco minutos para apreciação dos documentos.

(02:30:22 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, informou que já tinha a formulação feita pelo PSD ao documento V, formulação que o PS aceitara, e que o CHEGA pedira a separação dos considerandos e dos deliberativos dos documentos H e I.

(02:31:13 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, referiu que o PSD propusera acrescentar mais um ponto na parte deliberativa do documento V, com o seguinte teor: - “defender o investimento e a valorização do Hospital do Barreiro e da Região com a abertura da Serviço de Cardiologia, encerrado em fevereiro de dois mil e vinte e quatro.”, que o PS aceitara.

(02:32:32 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, colocou os documentos à votação:

A - MOÇÃO - SÓ OS MUNICÍPIOS DEVEM FIXAR AS TARIFAS DA ÁGUA

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e BE (1), votos contra do PSD (3) e abstenção do CH (5) - Deliberação N.º 34 (Mandato 2025-2029)

B - MOÇÃO - PELA DEFESA EFETIVA DO DIREITO À HABITAÇÃO NO PAÍS E NA CIDADE

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e BE (1), votos contra do CH (5) e do PSD (3) - Deliberação N.º 35 (Mandato 2025-2029)

C - VOTO DE SOLIDARIEDADE COM A MOBILIZAÇÃO POPULAR NO IRÃO E DE CONDENAÇÃO DA REPRESSÃO SOBRE OS PROTESTOS

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (18), do CH (5), do PSD (3) e BE (1) e abstenção da CDU (4) - Deliberação N.º 36 (Mandato 2025-2029)

D - SAUDAÇÃO - 8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 37 (Mandato 2025-2029)

E - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS FILIPE VENÂNCIO COSTA MANO

Aprovado por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 38 (Mandato 2025-2029)

F - MOÇÃO - 8 DE MARÇO, DIA DE LUTA DAS MULHERES DE TODO O MUNDO

Aprovada por maioria, com votos do PS (18), e do BE (1), abstenção da CDU (4) e votos contra do CH (5) e do PSD (3) - Deliberação N.º 39 (Mandato 2025-2029)

G - MOÇÃO PELA REVERSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA AMARSUL E O RESGATE DO SERVIÇO PÚBLICO DE RESÍDUOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do CH (5) e votos contra do PSD (3) - Deliberação N.º 40 (Mandato 2025-2029)

H - MOÇÃO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER - IGUALDADE NA LEI E NA VIDA

Considerandos:

Aprovados com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), e votos contra do CH (5) e do PSD (3)

Deliberativos:

Aprovados com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do CH (5) e votos contra do PSD (3) – Deliberação N.º 41 (Mandato 2025-2029)

I - VOTO DE SOLIDARIEDADE PELAS VÍTIMAS DAS TEMPESTADES E DAS CHEIAS

Considerandos:

Reprovados com votos a favor da CDU (4) e do BE (1), abstenção do PS(1) e votos contra do PS (17) e do PSD (3)

Deliberativos:

Aprovados com votos a favor do PS (18), do CH (5), da CDU (4) e do BE (1) e votos contra do PSD (3) – Deliberação N.º 42 (Mandato 2025-2029)

J - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALFREDO FALCÃO

Aprovado por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 43 (Mandato 2025-2029)

K - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ISABEL HERNANDEZ

Aprovado por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 44 (Mandato 2025-2029)

L - VOTO DE SOLIDARIEDADE E PESAR PELAS CALAMIDADES QUE AFETARAM O CENTRO E O SUL DO PAÍS

Aprovado com votos a favor do PS (18), do CH (5), da CDU (4) e do BE (1) e votos contra do PSD (3) – Deliberação N.º 45 (Mandato 2025-2029)

M - SAUDAÇÃO AO GRUPO DRAMÁTICO E RECREATIVO "OS LEÇAS"

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 46 (Mandato 2025-2029)

N - SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER - 8 DE MARÇO

Aprovada com votos a favor do PS (18), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1), abstenção do CH (5) – Deliberação N.º 47 (Mandato 2025-2029)

O - VOTO DE PESAR - CORONEL JOSÉ NUNO DE SANTA CLARA GOMES

Aprovado por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 48 (Mandato 2025-2029)

P - SAUDAÇÃO - 50 ANOS DA APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP) (2 DE ABRIL DE 1975)

Aprovada com votos a favor do PS (18), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1), abstenção do CH (5) – Deliberação N.º 49 (Mandato 2025-2029)

Q - MOÇÃO PELA LIBERDADE DIGITAL E CONTRA A VIGILÂNCIA ESTATAL DOS MUNICÍPIES

Reprovada com votos a favor do CH (5) e votos contra do PS (18), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1).

R - SAUDAÇÃO PELO APOIO DAS FORÇAS ARMADAS ÀS POPULAÇÕES NA CRISE CLIMATÉRICA

Aprovada com votos a favor do PS (18), do CH (5) e do PSD (3), abstenção da CDU (4) e do BE (1) – Deliberação N.º 50 (Mandato 2025-2029)

S - VOTO DE PESAR - PELA RESILIÊNCIA E SOLIDARIEDADE PERANTE AS TEMPESTADES

Aprovado com votos a favor do PS (18), do CH (5) e do PSD (3), abstenção da CDU (4) e voto contra do BE (1) – Deliberação N.º 51 (Mandato 2025-2029)

T - PELA DEFESA DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO E PELO RESPEITO PELOS ELEITORES

Aprovada com votos a favor do PS (1), do CH (5), abstenção do PS (17) e do PSD (3), e votos contra da CDU (4) e do BE (1) – Deliberação N.º 52 (Mandato 2025-2029)

U - RECOMENDAÇÃO - BOLSAS DE MÉRITO PARA ESTUDANTES

Aprovada com votos a favor do PS (18), do CH (5) e do PSD (3), abstenção da CDU (4) e voto contra do BE (1) – Deliberação N.º 53 (Mandato 2025-2029)

V – MOÇÃO PELA MANUTENÇÃO DA URGÊNCIA DE OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA DO HOSPITAL DA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (18), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) - Deliberação N.º 54 (Mandato 2025-2029)

(02:42:53 do vídeo)

O **Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista**, declarou que votara o documento T de forma diferenciada da Bancada do Partido Socialista, devido à posição que iria ter que tomar sobre a matéria, enquanto Deputado da Assembleia da República. “Nesta Casa cada Mandato vale por igual, não vai haver nenhum momento por maior que sejam as durezas que tenhamos no confronto político, não serei brando e espero que não sejam brandos também, um Eleito do CHEGA tem a mesma legitimidade de um do Bloco de Esquerda, do PCP ou do PS, por muito que as vossas ideias me incomodem, acho que isso vos honra, espero que as minhas intervenções vos perturbem também.”, disse.

(02:44:04 do vídeo)

O **Deputado Isidro Heitor**, declarou que, apesar de não acompanhar a totalidade dos considerandos do documento G, o PS votara favoravelmente por defender o princípio da gestão pública de resíduos e da defesa da autonomia do Poder Local. Mais declarou que o voto ao documento T, se devera ao facto de ser assunto da responsabilidade da Assembleia da República e do Tribunal Constitucional, acrescentando que o Partido CHEGA tinha tanta legitimidade como o PS.

(02:45:25 do vídeo)

O **Deputado José Caetano**, justificou o voto de abstenção da CDU ao documento C do Bloco de Esquerda, por considerar que argumentos favoráveis à guerra, não ajudavam a situação. Pronunciou-se sobre o teor do Voto de Pesar pelo falecimento do Coronel Santa Clara Gomes. Deu nota de que a CDU votara contra a Moção sobre a liberdade digital, apesar de concordar com os argumentos utilizados, porque quem a apresentara defendia a sua aplicação, apesar de dizer que estava contra, e não era pela repressão que se iria ganhar a batalha pela utilização das novas tecnologias.

(02:49:49 do vídeo)

O **Deputado Luís Bravo**, justificou o voto contra ao documento A e G. Justificou também o voto contra aos documentos I e L, apresentados respetivamente pela CDU e pelo PS, sobre as calamidades e cheias. Afirmou que para o PSD, moções de pesar ou de solidariedade deviam sê-lo na sua essência, não deviam ser pervertidas para

utilizar com interesses partidários e fundamentou. Deu nota de que o PSD estivera em dois mil e vinte e dois, aquando o Governo Socialista anunciara o encerramento do Serviço de Obstetrícia e a Maternidade do Hospital do Barreiro, estivera em dois mil e vinte e cinco quando a Ministra do PSD dera indicação para avançar com o encerramento, estava hoje e estaria no domingo na manifestação do Hospital. Apesar de haver muita divisão sobre as razões do que acontecera, o PSD não deixaria de estar naquilo que era mais importante, servir o Barreiro e as suas populações.

(02:53:40 do vídeo)

O Deputado Gonçalo Vilhena, declarou que o PS acompanhara o documento U por ser uma proposta ponderada e séria, que melhorava o que já existia, o PSD estava de parabéns pela sua apresentação.

(02:55:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, votara a favor o Voto de Pesar do Coronel Santa Clara Gomes, porque tudo o que nele estava descrito era verdade, assim como o eram muitas outras coisas que não estavam descritas e porque, se ele conseguisse saber que alguém aproveitara a sua morte para fazer política, iria rir muito, era isso que distinguia os pequenos homens dos grandes homens. Fora um grande Homem, merecera o seu voto a favor e merecia que tivesse votado a favor dez vezes.

(02:57:32 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, “Nós votamos a favor da nossa própria Moção, pela simples razão de que a proteção das crianças está ao encargo dos pais e não do Estado, a proteção e educação das crianças está ao encargo dos pais e não do Estado, e não é o Estado que tem que cingir se as crianças têm que ser educadas da forma A B ou C. Ao Estado cabe sim senhor uma boa educação na escola, uma educação livre de ideologia política, livre de ideologia de género, e na educação cabe a nós pais decidir o que é melhor para os proteger..., há ferramentas para os proteger da internet. A questão das plataformas digitais como eu referi acerca da chave móvel digital, não vamos muito longe, temos plataformas que são para os jovens que atualmente, pela premissa de proteger as crianças da pedofilia, plataformas como core, plataformas como roblox e minecraft, estão neste momento a bloquear os acessos a qualquer pessoa, sem que esta não tenha o reconhecimento da sua identificação facial. Portanto isto é só um começo de um rastreio social ao estilo daquilo que já existe em países geridos como ideologias comunistas. Muito obrigado!”, declarou.

(03:00:10 do vídeo)

O Deputado Bruno Maia, comentou que era difícil o Partido CHEGA ter votado a favor o documento P por o considerar confuso, e fundamentou. “O Povo está acima sempre da Constituição, não é a Constituição que está acima do Povo.”, concluiu.

(03:05:10 do vídeo)

Foi guardado um minuto de silêncio em memória de Luís Filipe Costa Mano, de Alfredo Falcão, de Isabel Hernandez, de Nuno de Santa Clara Gomes e das vítimas das tempestades e das cheias.

Nada mais havendo a tratar a Reunião foi dada como encerrada.

Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, nas instalações do Clube Dramático de Instrução e Recreio, 31 de Janeiro “Os Celtas”, sitas na Rua Dr. Manuel Pacheco Nobre, 124, 2830-080 Barreiro, **teve continuação a Sessão Ordinária de fevereiro.**

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente em Exercício, Rui Braga e Vereadores Duarte Machado, Rafael Plowden, Gonçalo Camacho, Rui Pereira, Filipe Vales, Carlos Guerreiro e José Paulo Rodrigues.

(12:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, anunciou os pedidos de substituição e de suspensão, e deu posse à Cidadã Catarina Vicente.

Substituição na Assembleia Municipal
David Rodrigues substituído por Joana Gaspar
Antínia de Moraes substituída por André Brás dos Santos
Rui Faria substituído por Lara Santinho
Érica Gil substituída por Catarina Vicente (tomou posse)
Hugo Cruz substituído por Pedro Gonçalves
Joana Medeira substituída por Patrícia Ferreira
Suspensão de Mandato na Assembleia Municipal
Raquel Nunes (no período de 23 a 27 de fevereiro) substituída por Bruno Maia
Substituição na Câmara Municipal
Frederico Rosa representado pelo Vice-Presidente Rui Braga
Sara Ferreira substituída por Duarte Machado
Maria João Regalo substituída por Filipe Vales
Jéssica Pereira substituída por Rafael Plowden

Informou que no decurso da Reunião iria ser feita a votação para os Representantes Externos, pediu que os Deputados fossem refletindo se preferiam boletins de voto único, ou com o nome de cada representante.

Estiveram presentes trinta e um deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo XIV**.

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados Rui de Carvalho e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;

(15:38 do vídeo)

O **Deputado José Luís Ferreira**, interpelou na sequência da resposta dada pelo Presidente da Assembleia na Reunião anterior em relação à condução dos trabalhos, conforme consta no **anexo XV**.

(18:34 do vídeo)

O **Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista**, respondeu à interpelação do Deputado José Luís Ferreira, conforme consta no **anexo XVI**.

(22:48 do vídeo)

O **Deputado José Luís Ferreira**, fez a leitura do email que recebera no dia trinta de janeiro.

(23:26 do vídeo)

O **Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista**, prestou esclarecimentos conforme consta no **anexo XVII**.

(29:40 do vídeo)

O **Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro**, quis juntar a sua voz a todos os que não tinham compreendido a decisão sobre o encerramento da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do Barreiro, e lamentou a atitude do Governo para com os Autarcas. Não se entendia a medida tomada, tendo em conta o projeto que se anunciava para o Arco Ribeirinho Sul e a intenção de fazer crescer a sua população. Destacou da Informação Escrita, a constituição da CIM, a manutenção do equilíbrio financeiro, a Requalificação Urbana do Barreiro Velho, a construção da Piscina dos Fidalguinhos, a obra da Rua Miguel Bombarda. Destacou ainda a aquisição dos novos autocarros, a mobilidade, os projetos da Startup e o Projeto Todas as Crianças Brincam.

(40:06 do vídeo)

O **Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista**, informou que os Serviços iriam remeter no decurso da Reunião, o ofício que fora suscitado pelo Deputado José Luís Ferreira, não houvera nada que o melindrasse no que fora dito. O assunto iria ser abordado em Conferência de Líderes, para tratamento futuro.

(41:32 do vídeo)

O **Deputado Sandro Igreja**, perguntou que medidas de fiscalização e de policiamento estavam a ser aplicadas no Parque da Cidade, face ao aumento de atos de vandalismo e de insegurança, que se vinham verificando. Dado que era notória a redução de lugares de estacionamento, nas obras de intervenção que vinham ocorrendo no Barreiro, questionou que alternativas estavam pensadas para colmatar essa redução, nomeadamente com a futura requalificação do Centro Histórico do Barreiro Velho.

(43:33 do vídeo)

O **Deputado Nuno Chambel**, encontrara na Informação Escrita referências à transformação e preparação de documentos em termos de PDM, pediu o ponto de situação e questionou em que medida as transformações e preparações alterariam a versão, que fora apresentada no primeiro Mandato. Pediu explicação sobre os níveis de execução apresentados e sobre a evolução da dívida. Perguntou se o Vice-Presidente tinha conhecimento que a recolha de RSU vinha sendo feita por um camião com grifa, e se sabia da sua implicação. Pediu o ponto de situação da obra da Avenida

do Bocage, da obra da Miguel Bombarda, e se nesta última iriam ser cometidos os mesmos erros da Miguel Pais, em relação à impermeabilização do solo.

(43:48 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, manifestou o seu agrado pela oficialização da CIM, e pelo facto de o primeiro Presidente ser do Barreiro, desejou bom trabalho a todos os que integravam a parte executiva, e aos representantes da Assembleia recentemente eleitos. Tivera conhecimento da extensão de prazo do Projeto de Bio resíduos, mas face à assunção de que a sua execução era baixa, perguntou o que estava projetado para alguma recuperação. Perguntou também, se existia algum mecanismo de angariação de investidores na Startup, e se existia alguma estrutura de carências, associadas aos financiamentos.

(50:46 do vídeo)

O Deputado Adolfo Zambujo, perguntou o que estava a ser feito em relação ao encerramento da Ponte do Herold, que impactara de forma dolorosa a população da zona, nomeadamente os idosos e pessoas com problemas de mobilidade.

(52:48 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, deu nota sobre o aniversário dos TCB, conforme, sobre a criação da CIM e sobre o Orçamento da CMB e dos TCB, conforme **anexo XVIII**.

(01:00:09 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, perguntou se se confirmava para dia dois de março, a tomada de posse dos Representantes da Assembleia Municipal na CIM. Na Informação Escrita chamara-lhe a atenção, as Auxiliares de Ação Educativa, as refeições escolares, e as doze escolas que ainda não tinham refeições confeccionadas no local, e perguntou se havia condições para avançar para isso. Mais perguntou se ainda se mantinha a ideia de habitação acessível na Quinta do Braamcamp, ou qual era a intenção para aquele espaço.

(01:06:10 do vídeo)

O Deputado Bruno Maia, "...antes de comentar a Informação Escrita, quero fazer uma observação que me tem sido pedido por todo o tipo de eleitores que se apresentem aqui propostas, e é isso que vou tentar fazer, e recomendo que adotem esta atitude aqueles que adoram falar de democracia, porque essa é a base da democracia representativa, trazer para aqui, o que os eleitores nos dizem.", iniciou. Recomendou a publicação do Orçamento de dois mil e vinte e cinco e do de dois mil e vinte e seis, o mais rápido possível. Apontou desfasamentos e contradições do Executivo, sobre a CIM e sobre o Simpósio de Segurança, apontou que erradamente se estava a utilizar gráficos de séries, em vez de gráficos de barras nos documentos, nomeadamente no Orçamento. Sugeriu que fosse atendido o pedido de colocação de rede nas balizas da Escola da Quinta Nova da Telha, feito pelos estudantes no dia anterior.

(01:09:23 do vídeo)

A Deputada Patrícia Ferreira, encontrara no documento várias referências à obra da Miguel Bombarda, pediu informação sobre o estado atual da obra e previsão da sua conclusão. Perguntou se estava prevista a requalificação do espaço infantil do Parque Catarina Eufémia, qual era a empresa que fazia a segurança do Parque da Cidade e o ponto de situação da segurança no local.

(01:13:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, disse ao Deputado Bruno Maia que a colocação de redes nas balizas, feita pelos estudantes era da própria escola, mas iria ser feito o possível, nem que fosse apenas instar.

(01:13:46 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, comentou a parte inicial da intervenção do Deputado Bruno Maia. Pronunciou-se sobre a Ponte do Herold, e sobre as démarches que a Autarquia vinha desenvolvendo sobre a sua situação. Comentou a intervenção do Deputado Francisco Alves, e confirmou que o Executivo continuava a achar que a Braamcamp também podia aceitar habitação acessível. Referiu-se à obra da Rua Miguel Bombarda. O PDM fora alterado apenas para incorporar legislação, expetava que até outubro pudesse ser lançada a consulta pública. Confirmou que a intenção do Executivo era retirar espaços da via pública para criar passeios e impulsionar os transportes públicos, e aumentar bolsas de estacionamento fora da Cidade.

(01:26:05 do vídeo)

O Deputado Adolfo Zambujo, pediu melhor esclarecimento sobre o que o Vice-Presidente dissera em relação à responsabilidade da Ponte do Herold ser da empresa que substituíra a Direção Geral de Finanças, pois ficara confuso, face ao acordo assinado em janeiro de dois mil e vinte e três, a que o Grupo Municipal da CDU tivera acesso em resposta a requerimento.

(01:27:47 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, respondeu que fora devido a esse acordo de descentralização dos terrenos, que se entendera que a Ponte do Herold não passara para o Município. As tentativas de esclarecer junto da empresa ainda não tinham tido êxito, e o encerramento fora decidido face ao relatório de perigo de queda feito por uma empresa externa.

(01:32:38 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, "... queria dizer ao Senhor Vice-Presidente que para mandar bocas ao CHEGA, temos Deputados Municipais e temos um Deputado da Assembleia da República que fará isso no seu Órgão, fica-lhe mal como Vice-Presidente baixar o debate a este nível.", iniciou. Afirmou que a CIM era importante para haver mais burocracia e mais tachos, e para se deixar de ser a assombra de Lisboa e passar a ser a sombra de Lisboa e do Distrito de Setúbal. Pediu ponto de situação da fase A da obra do Barreiro Velho, e questionou se as replantações e intervenções arbóreas iriam ser com jacarandás.

(01:32:50 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, "O Senhor Deputado Rodrigo referiu que, com a CIM, o Município do Barreiro deixava de estar na sombra de Lisboa e passava a estar na sombra do Distrito de Setúbal..., é capaz de concretizar? De que forma é que entende o facto de que o Município poder definir a sua política estratégica no âmbito da CIM, poder ter acesso a percentagens de fundos comunitários comparticipados mais elevados, de que forma é que passa a ficar na sombra do Distrito de Setúbal?", pediu esclarecimento.

(01:33:48 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, “Em relação a ter saído da sombra de Lisboa e estar na sombra do Distrito de Setúbal, é porque os fundos comunitários vão ser partilhados entre todos os Concelhos do Distrito, e obviamente terá preferência, acredito eu e como é em outras zonas do País e em programas semelhantes, a capital de Distrito, neste caso Setúbal será preferida para certos fundos. A única coisa que poderá ajudar acredito, é o Presidente da CIM, ser Presidente do Barreiro. Mas quando foi votada a CIM não sabíamos destas informações, portanto..., é isso!”, respondeu.

(01:35:18 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, perguntou qual o motivo técnico que levava à drenagem do lago do Parque dos Franceses, e que destino tinha sido dado aos peixes e outros seres vivos lá existentes. Perguntou também se o Município tinha em vista formalizar algum pedido de revisão do rácio legal, para poderem ser atribuídos ou contratados mais assistentes operacionais, para colmatar a evidente sobrecarga e falta nos estabelecimentos de ensino do Concelho. As dificuldades existentes nas escolas, tinham sido transmitidas por um grupo de pessoas, não iria revelar em viva voz para salvaguardar a sua privacidade, mas poderia formalizar se necessário.

(01:38:24 do vídeo)

O Deputado André Brás dos Santos, comentou a intervenção do CHEGA em relação à CIM, disse que a nível nacional já estavam dentro do sistema de que falavam, e até o Ricardo Araújo Pereira comentara com alguma razão, que sendo o CHEGA um partido tão novo, para além dos tachos já trazia o enxoval completo. Comentou também, que o Deputado Rodrigo Mendes estava errado relativamente aos fundos comunitários e referiu a diferença entre estar inserido na AML e na CIM da Península de Setúbal. Falou sobre o investimento que vinha sendo feito pelo Município na renovação dos centros de saúde. Referiu-se à notícia do fecho da Urgência de Obstetrícia, à posição contrária manifestada pelo Deputado Municipal do PSD no dia anterior, e à desvalorização feita pelo Deputado Bruno Vitorino. Aconselhou a que o PSD clarificasse a sua posição.

(01:42:40 do vídeo)

A Deputada Patrícia Ferreira, voltou a perguntar para quando o término das obras.

(01:42:23 do vídeo)

O Deputado José Caetano, perguntou porque motivo recebera a Revisão Orçamental de dois mil e vinte e seis, via internet, uma hora antes do início da Reunião (interrupção)...

(01:44:00 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, interrompeu por não ter percebido o que o Deputado dissera.

(01:44:37 do vídeo)

O Deputado José Caetano, repetiu que não recebera a proposta da Revisão Orçamental de dois mil e vinte e seis. Disse que a Informação Escrita tinha sessenta páginas repetidas de seis em seis, e que o documento era quase uma relação administrativa da atividade que os Serviços informavam, não havendo uma ideia estratégica sobre o que se pretendia com essa atividade, e fundamentou. Queixou-se de que fora confrontado por trabalhadores da EMEF e da Soflusa sobre a mudança das oficinas e do Terminal Fluvial do Barreiro para os terrenos da Quimiparque, e que

soubera da transformação dos terrenos da Ex-Cordoaria do Nicola. Perguntou se não havia discussão pública e se a Assembleia Municipal não tinha que emitir opinião sobre tão importantes matérias. Comentou o facto de as obras estarem a ser concentradas apenas no Centro da Cidade e que as expectativas da CIM poderiam não ser tão boas, por ser o Governo a definir as regras de utilização dos fundos comunitários, no entanto, via como vantagem o facto de a percentagem da distribuição dos fundos para a Península de Setúbal ser superior à da AML.

(01:52:20 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, aconselhou o Deputado José Caetano a ter mais cuidado com as suas fontes de informação, pois desde dezembro de dois mil e vinte, que a EMEF não existia como empresa.

(01:53:14 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, pediu para o Deputado José Caetano confirmar se o que não tinha recebido, era a Revisão Orçamental em papel.

(01:53:48 do vídeo)

O Deputado José Caetano, confirmou. Corrigiu para ex-EMEF e voltou a referir que a empresa com cerca de quarenta trabalhadores, continuava a reparar os veículos ferroviários, e a administração informara os trabalhadores da mudança de instalações, a exemplo do que fizera a Soflusa, pena era que a Assembleia Municipal não fosse informada dessas mudanças.

(01:55:32 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, lembrou o Deputado José Caetano que se estava em dois mil e vinte e seis, após a aprovação por unanimidade, de uma Recomendação do PAN, para que não houvesse suporte em papel, a distribuição dos documentos passara a ser via email. O Presidente da Assembleia Municipal decidira manter a cortesia, e essa cortesia fora cumprida. “Já ouvi aqui que não são informados, que há problema entre a Câmara e a Assembleia, depois se a Câmara poder informar qual é o problema que nós temos eu agradeço..., vamos lá manter o debate na contenda político-partidária, de visões ideológicas, não vale a pena... na minha primeira Assembleia, o Partido Comunista Português na coligação CDU, testou-me ao limite a ver se tinha condições de presidir à Assembleia Municipal, foi bom, fizeram-me crescer porque não havia decisão que tomasse, interpretação que fizesse que não fosse testada pelos deputados, mas isso já foi há oito anos, Senhor Deputado... ainda havia a tal administração da tal empresa que já não há! Portanto, façam-me um favor, quando é para ajudar à condução dos trabalhos ou à minha melhoria, ou aos meus Serviços..., agora interpelações com conclusões que depois não corresponde a nada a não ser ir falar com os meus Serviços para ir perceber coisas que..., (eu confio em vocês, quero que saibam António e Filomena, agradeço os esclarecimentos que me deram), não vale a pena! Aqui erra-se pouco e quando se erra, assume-se! E às vezes assumem-se erros que não cometi, mas não é dos seus, se o Senhor Deputado um dia errar e for um erro honesto, vou assumir como se fosse meu... é uma questão de forma de estar na vida. Só que sabe qual a diferença entre um erro honesto e um erro não honesto? O erro honesto a gente faz convencidos de que está a fazer com razão e o erro desonesto é quando estamos a errar de propósito. Portanto Senhor Deputado não me faça isso, agradeço-lhe mesmo que não repita, quando houver problemas diga-os dali, diga o que for preciso, nós vamos melhorando e melhorando. Se eu sou um bom Presidente da Assembleia Municipal a uma avaliação vossa, mas posso-lhe dizer da minha são vocês que fazem

de mim, melhor Presidente da Assembleia Municipal ou pior quando me baralham. Não me confunda Senhor Deputado, está bem?”, acrescentou.

(01:58:25 do vídeo)

O Deputado Bruno Maia, perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal, se era correto ter mencionado publicamente, apesar de não ter sido por completo, o endereço de email do Deputado da CDU.

(01:59:00 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, respondeu que um Eleito Público, Local, na Assembleia da República ou na Assembleia de Freguesia, gozava de algumas prerrogativas sim, mas o Deputado acabara de violar o direito de imagem sobre a sua doutrina, ao colocar uma questão sem sentido e violara o seu direito de imagem por ter sido filmado. “Eu tinha acabado de pedir a um Deputado que tem muito mais experiência do que o Senhor Deputado e sabe fazer esse tipo de coisas, como soube fazê-la..., o Senhor Deputado nem sabe fazer isso, treine primeiro antes de tentar criar esse tipo de embates... não, não pode, já fez a interpelação, já respondi. Se o Senhor Deputado José Caetano quiser protestar por parte do seu email ter sido divulgado, que nem foi todo, o Senhor Deputado José Caetano fará, agora ter um Eleito do CHEGA a defender um direito de um Eleito da CDU que lutou pelos nossos direitos todos, que nem sequer tem esse direito já é uma confusão muito grande para os cidadãos do Barreiro, para mim e para si manifestamente.”, acrescentou.

(02:00:30 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, junto da Bancada do CHEGA manifestou a sua indignação quanto à abordagem feita à questão da CIM, aconselhou a que para falar de forma objetiva sobre o assunto, lessem documentação sobre a matéria. Pediu ao Executivo o ponto de situação do Projeto Parques Cidade do Tejo. Sugeriu que se começasse a pensar no futuro em termos de mobilidade, dada a sobrecarga notória de veículos em circulação na Cidade. Pronunciou-se sobre a resiliência positiva da Cidade aquando das recentes intempéries, que era fruto do investimento que vinha sendo feito nas infraestruturas. Alertou o Executivo para o estado degradado das instalações da Escola Secundária dos Casquilhos.

(02:08:18 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, comentou que não entendera a abordagem do Deputado André Brás dos Santos quanto à posição que manifestara em nome do Grupo Municipal do PSD, no dia anterior em relação ao encerramento da Urgência de Obstetrícia do Hospital do Barreiro, nem à referência ao vídeo do Deputado Bruno Vitorino que apenas pretendia esclarecer que não se tratava do encerramento da Maternidade, mas sim do Serviço de Urgência.

(02:10:20 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, perguntou ao Vice-Presidente Rui Braga se estivera presente em Almada, na Cerimónia que assinalara o arranque do Metro Sul do Tejo para a Costa da Caparica, se continuava a achar que a prioridade era o Barreiro, ou se vinha dizer que se enganara ao acusar a CDU de fantasiar aquando da inversão da prioridade para a Costa da Caparica, feita pelo Governo PS de maioria absoluta. O Vice-Presidente manifestara dúvidas quanto à pertença da Ponte do Herold mas, na sua interpretação do acordo, o Município manifestara interesse na gestão do património imobiliário e o Ministro das Finanças homologara tudo. Ora, se havia dúvidas era

porque a Ponte não constara do ofício enviado ao Governo, pelo que pediu esclarecimento.

(02:12:08 do vídeo)

O Deputado André Brás dos Santos, disse ao Deputado Luís Bravo que não percebera o espírito da sua intervenção, dado que o elogiara, o que queria ver esclarecida era a posição do PSD Distrital.

(02:14:15 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, respondeu à Deputada Patrícia Ferreira que não lhe conseguia dar uma data precisa para conclusão da obra da Miguel Bombarda, a expectativa era final de março, mas estava convicto de não iria ser cumprida. Disse ao Deputado José Caetano que já não tinha outra forma de lhe explicar melhor o que iria ser feito no Barreiro Velho, falou nas bacias da Penalva, no Nó de Santo António e na reabilitação de Santo António, como prova de que havia obra em todo o Barreiro. Confessou-lhe que ficaria entusiasmado se houvesse algum fundamento, não na mudança do Terminal da Soflusa, mas da operação da Soflusa para o porto de descarga de sucata, e que seria um luxo a desativação da linha em frente ao Nicola. Justificou. Preocupava-o a possibilidade de algumas mentes pensarem nos territórios contaminados da Baía do Tejo para projetos de habitação de luxo, o PDM que iria chegar à consulta pública via esses territórios como zona industrial para criação de emprego. Agradeceu-lhe o levantamento da questão. Fez o ponto de situação do processo do Metro Sul do Tejo e afirmou que a Ponte do Herold não fora pedida.

3.2 LISTA DE CANDIDATOS AO CARGO DE JUÍZ SOCIAL PARA O JUÍZO DE FAMÍLIA E DE MENORES DO BARREIRO – TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA;

(02:26:56 do vídeo)

O Vereador Rui Pedro Pereira, referiu que se tratava de um processo meramente administrativo para nomeação dos juízes sociais, tinham sido cumpridos todos os procedimentos por parte da Câmara, que o mesmo decorrera com normalidade e fora aprovado por unanimidade em Câmara.

(02:27:50 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.2 foi: - Aprovado por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 55 (Mandato 2025-2029)

3.3 PROCEDIMENTO DE DECLARAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS E FRAÇÕES AUTÓNOMAS CONSIDERADOS DEVOLUTOS NO ANO DE 2025 A COBRAR EM 2026, E PROJETO DE DECLARAÇÃO NO ANO DE 2025/2026 A COBRAR EM 2027, PARA EFEITOS DA APLICAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, AO ABRIGO DO n.º 3 DO ARTIGO 112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI);

(02:28:37 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, disse que a proposta se referia ao procedimento legal para majorar os prédios devolutos, de acordo com o Regulamento de Taxas e Tarifas.

(02:29:42 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, perguntou quantos prédios devolutos estavam na lista que fora apresentada.

(02:30:15 do vídeo)

O Deputado José Caetano, perguntou se no procedimento de avaliação fora tido em conta situações específicas de heranças não resolvidas, por dificuldades de gestão dessas matérias e até por dificuldades financeiras.

(02:33:13 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, afirmou que o Grupo Municipal do PSD tinha dúvidas quanto ao critério de devoluto e quanto à forma como os munícipes o podiam contestar, pois o pagamento era sempre feito à cabeça, e só no período seguinte passava eventualmente para a lista, pelo que essa fragilidade no mecanismo iria influenciar o seu voto.

(02:34:30 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, respondeu que na lista estavam cerca de dois mil devolutos. A Câmara não esperava nenhuma rentabilidade com a medida, era apenas um estímulo para o proprietário colocar no mercado e fundamentou.

(02:38:08 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, agradeceu ao Vice-Presidente a explicação sobre os critérios, mas era isso que iria condicionar o voto do CHEGA. Perguntou se o número de devolutos reduzira, após a verificação exterior das casas até final de janeiro.

(02:39:04 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, frisou que a vontade da Autarquia era privilegiar e estar ao lado dos barreirenses, mas nem sempre resultava numa justiça plena, não era possível ser cem por cento justo e eficaz.

(02:40:17 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.3 foi: - Aprovado por maioria com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do PSD (3) e votos contra do CHEGA (5), – Deliberação N.º 56 (Mandato 2025-2029)

(02:40:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, sugeriu que os pontos 3.4 e 3,5 fossem apresentados em conjunto, por serem conexos.

3.4 INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

3.5 APROVAÇÃO DO MAPA DE RÚIDO E ZONAMENTO ACÚSTICO DO MUNICÍPIO DO BARREIRO;

(02:40:47 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, esclareceu que os temas não eram conexos. O 3.4 não trazia proposta anexa, era apenas o arranque da consulta pública, o 3.5 era um documento eminentemente técnico, necessário para ter o PDM em consulta pública em outubro.

(02:42:32 do vídeo)

O Deputado José Caetano, recordou que em dois mil e dezanove a Assembleia Municipal reprovava a proposta apresentada pela Câmara, não era um processo fácil havia muitos interesses e conflitos a conciliar, e por isso sugeria o prolongamento do prazo de dez dias para a consulta pública, no sentido de haver uma participação mais alargada.

(02:44:52 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, o passo que estava a ser dado era quase inócuo, tratava-se apenas de um cumprimento legal para a constituição de interessados, a Câmara estava a planear apresentar a proposta num debate público alargado, para se conseguir um documento o mais consensual possível.

(02:47:27 do vídeo)

O Deputado José Caetano, alertou para o facto de que o parecer técnico que fora entregue com o documento 3.5, ser sobre o documento do horário do comércio, o que dificultava a compreensão das matérias.

(02:49:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, disse que havia um erro, o parecer técnico estava indexado ao ponto 3.4 e ao 3.5.

(02:44:52 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, afirmou que o anexo não tinha nada de político e se a votação não fosse feita iria atrasar o PDM, pelo que, se todos concordassem faria chegar a proposta oficial.

(02:50:35 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, recorreu ao Plenário no sentido de saber se o ponto poderia ser votado, apesar de a indexação dos anexos não estar correta. Não houve objeção. Pediu ao Vice-Presidente que fizesse chegar o mais rápido possível o documento correto.

(02:51:30 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.4 foi: - **Aprovado por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 57 (Mandato 2025-2029)**

(02:51:42 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.5 foi: - **Aprovado por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 58 (Mandato 2025-2029)**

3.6 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO BARREIRO

(02:52:50 do vídeo)

O Vereador Rui Pedro Pereira, disse que, como podia ser visto no documento, o Conselho Municipal de Educação era constituído por representantes de várias entidades como os agrupamentos escolares e ensino superior público. Faltava apenas designar o representante do Conselho Municipal da Juventude, em virtude de Órgão em si ainda não estar constituído.

(02:54:24 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, esclareceu que a documentação do ponto 3.5 enviada em digital estava correta, na impressão é que houvera uma troca na folha de rosto.

(02:55:04 do vídeo)

O Deputado José Caetano, perguntou como iria ser feita a votação e que critérios tinham sido utilizados para a designação das pessoas que iriam ser eleitas. Na sua opinião, era importante a presença da Escola Bento de Jesus Caraça, que aparecia como suplente de uma creche, e justificou.

(02:58:40 do vídeo)

O Vereador Rui Pedro Pereira, a designação de alguns dos elementos para o Conselho Municipal de Educação decorria por força da lei, caso do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia Municipal e do Vereador do Pelouro, nas outras entidades a designação era própria. Reviu-se na importância da Escola Bento de Jesus Caraça, efetivamente estava como suplente, mas com certeza que iria participar muitas vezes.

(03.00:13 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, face à pergunta do Deputado José Caetano de como seria feita a substituição dos eleitos no caso de impossibilidade, pediu que tivesse em consideração o facto de o Vereador Rui Pereira se ter predisposto a apresentar um ponto que não era da sua tutela, e que perguntas com profundidade iriam ser evasivas.

(03:00:53 do vídeo)

O Vereador Rui Pedro Pereira, atendendo a que tinham sido as instituições a designar os seus representantes, no caso de alguma impossibilidade, seriam as próprias a proceder à sua substituição.

(03:02:02 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.6 foi: - **Aprovado por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 59 (Mandato 2025-2029)**

3.11.1 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(03.03:03 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, anunciou que iriam ser eleitos uma série de representantes da Assembleia

Municipal, falou sobre o seu procedimento e enunciou-os. Consultado o Plenário foi decidida a votação por lista, que se encontra inserta como **anexo XIX**.

Os Serviços procederam à distribuição os Boletins de Voto, que se encontram insertos como **anexo XX**.

(03.06:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, deu nota de que ao longo da Reunião tinha estado em conferência com os Serviços, no sentido de deixar de distribuir a documentação em suporte de papel, mas entendera continuar com a cortesia, deixou registado que o que contava era o suporte digital. Deu nota também de que os pontos que tinham a ver com questões financeiras, ficariam para o último dia da Sessão, e que fora convencionado que quem apresentasse o novo Regimento da Assembleia Municipal teria três minutos e todos os grupos municipais iriam dispor de cinco minutos de intervenção.

Procedeu à chamada dos Deputados para a votação.

(03.26:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, anunciou o resultado das votações feitas em urna, através de escrutínio secreto:

3.11.1 ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL;

Sara Isabel Lopes Heitor

(22 votos a favor, 7 votos em branco, 2 votos nulos)

Deliberação N.º 60 (Mandato 2025-2029)

3.11.2 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DE CIDADÃOS DESIGNADOS NO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE COINA E MATA NACIONAL DA MACHADA;

Maria Susana Farinha Silva; Carlos Alberto da Conceição Pires Cameira; João António da Silva Pintassilgo; Bruno Jorge Viegas Vitorino

(30 votos a favor, 1 voto em branco)

Deliberação N.º 61 (Mandato 2025-2029)

3.11.3 ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA;

José António Rodrigues Caetano; Vasco Leonel Guerreiro Alves; André Filipes Freitas Esteves Brás dos Santos; Luís Carlos Tavares Bravo

(30 votos a favor, 1 voto em branco)

Deliberação N.º 62 (Mandato 2025-2029)

3.11.4 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO;

Manuel Flores Sabino; Adolfo António Troncão Zambujo; Nuno Miguel Dias Paulino; Rui Miguel da Conceição Carvalho; Hugo Miguel Ferreira Cruz

(31 votos a favor)

Deliberação N.º 63 (Mandato 2025-2029)

3.11.5 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL PARA A REABILITAÇÃO URBANA;
Cláudia Marina Pedro Antunes; Sandro Emanuel Garrido Igreja; Pedro Alexandre Cerqueira Gomes de Matos; Joana Filipa Aguiar Medeira
(30 votos a favor, 1 voto em branco)
Deliberação N.º 64 (Mandato 2025-2029)

3.11.6 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO LOCAL DE MOBILIDADE;
Francisco Alves da Silva Ramos; José Luís Teixeira Ferreira; Raquel Joana Manjua Nunes; Joaquim José de Sousa Marques
Deliberação N.º 65 (Mandato 2025-2029)

3.11.7 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE;
Paula Alexandra Carrasco Serralha; Catarina Cardoso Lopes Pereira Menor; Rodrigo Pereira Mendes; João Pedro Veloso Costa; Pedro Rodrigues de Oliveira Gonçalves
(30 votos a favor, 1 voto em branco)
Deliberação N.º 6 (Mandato 2025-2025)

3.11.8 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO LOCAL SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS;
Daniel Cardoso Bernardino; José Luís Teixeira Ferreira; Nuno Miguel Dias Chambel; Gonçalo Filipe Vilhena Costa; Olga Margarida Paredes Alves
(31 votos a favor)
Deliberação N.º 67 (Mandato 2025-2025)

(03:29:10 do vídeo)

Foi efetuada a leitura da Ata em Minuta, que foi aprovada por unanimidade, e se encontra inserta na Ata como **anexo XXI**.

Nada mais havendo a tratar a Reunião foi dada como encerrada pelas zero horas e vinte e nove minutos, do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco.



Ao quarto dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, **teve continuação a Sessão Ordinária de fevereiro**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, Vereadores Duarte Machado, Filipe Vales, Pedro Santarém, Gonçalo Camacho, Rui Pereira, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro e José Paulo Rodrigues.

(07:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, anunciou os pedidos de substituição e de suspensão:

Substituição na Assembleia Municipal
Hugo Cruz substituído por Pedro Gonçalves
Cláudia Antunes substituída por Sílvia Baião
Sara Heitor substituída por Joana Gaspar
Nuno Chambel substituído por Bruno Maia
Presidente da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, substituída por Ana Cabral
Suspensão de Mandato na Assembleia Municipal
Não se registaram.
Substituição na Câmara Municipal
Rui Braga substituído por Duarte Machado
Sara Ferreira substituída por Filipe Vales
Jéssica Pereira substituída por Pedro Santarém

Sugeri ao Plenário que os quatro pontos fossem apresentados em conjunto. Não houve objecção.

Estiveram presentes trinta e um deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo XXII**.

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados David Rodrigues e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

3.7 PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL-2025;

3.8 APROVAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL 2025-SMTCB;

3.9 PROPOSTA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026;

3.10 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO-2026 – SMTCB;

(10:28 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, iniciou a apresentação com os pontos 3.7 e 3.9 referentes à Câmara Municipal, referindo que o Saldo de Gerência apresentava um valor de um milhão duzentos e dez mil euros, e enunciou como iria ser aplicado. A execução orçamental da receita de setenta vírgula dois por cento, e de sessenta e um trinta na despesa, estavam impactados pelo não recebimento das verbas dos fundos europeus. Os pontos 3.8 e 3.10 referentes aos TCB eram semelhantes, o Saldo de Gerência no valor de seis milhões, novecentos e dez, iria em princípio ser usado na íntegra para pagamento à Câmara Municipal do Barreiro. Referiu-se ao preço do gás e à conjuntura em curso, que poderia levar à duplicação dos gastos nos dois meses seguintes, até à chegada da frota elétrica.

(16:26 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, questionou se havia um plano mais elaborado para a rubrica de conservações e reparações e o valor da dívida dos TCB, à Câmara Municipal.

(18:53 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, perguntou se os valores que iriam ser alocados a Pessoal poderiam ser um pouco mais detalhados, se havia um calendarização e mapeamento de vias prioritárias para a repavimentação, e também se havia um levantamento dos danos sofridos nas escolas aquando das intempéries.

(21:07 do vídeo)

A Deputada Raquel Nunes, pronunciou-se sobre os documentos em apreciação, conforme consta no anexo **XXIII**.

(27:44 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, referiu-se o valor do reforço para repavimentações mencionado na 1ª Revisão Orçamental. Perguntou para que iriam servir os quatrocentos mil euros iniciais, alocados ao projeto do futuro pavilhão multiusos, o Barreiro Arena, e se para este projeto o Município já garantira algum apoio de fundos da União Europeia ou outros, ou se o plano do Executivo passava pela contratação de mais um crédito a longo prazo como forma de investimento.

(29:39 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, comentou tendo em conta as intervenções anteriores que, independentemente de se questionar a alocação orçamental do Saldo de Gerência, a discussão mais parecia ser sobre o Relatório e Contas Anual da Câmara Municipal e fundamentou. Deu os parabéns ao Executivo pelo significativo valor do Saldo de Gerência. Registou a sua preocupação pela intervenção feita pelo CHEGA, em relação ao pagamento dos salários dos funcionários da Autarquia.

(32:38 do vídeo)

O Deputado Nuno Paulino, referindo-se ao documento 3.10, perguntou se a transferência para a rubrica Passivos Financeiros lá mencionada, no valor de três ponto nove milhões de euros, iria servir para abater à dívida do investimento dos novos autocarros elétricos. Mais perguntou porque não era investido na contratação de pessoal, e na melhoria imediata do serviço para os utentes.

(33:38 do vídeo)

O Deputado José Caetano, pronunciou-se sobre a nova norma que antecipava a possibilidade de integração do Saldo do ano anterior, colocou em causa a sua necessidade e questionou se havia alguma dificuldade de Tesouraria. Pronunciou-se também sobre a descida da percentagem de execução orçamental na Receita e na Despesa, e pediu explicação mais pormenorizada sobre as suas causas, pois a explicação da Vereadora Maria João Regalo fora insuficiente para poder ficar confortável com a situação apresentada. Recomendou que a linguagem utilizada na formulação das propostas fosse mais adequada ao objetivo, que era a sua discussão e decisão, pois no documento do desempenho orçamental dos TCB, vinha mencionado que o mesmo se destinava só para conhecimento da Assembleia Municipal.

(40:46 do vídeo)

A Deputada Raquel Nunes, esclareceu o Deputado Joaquim Sousa Marques que o CHEGA não queria despedir pessoas nem cortar os salários, e repetiu o que dissera - : "a rubrica zero um, ao contrário do investimento na Cidade, as despesas com pessoal seguem a todo o gás, o ponto técnico de execução é noventa e seis, vírgula um por cento, totalizando trinta e um milhão de euros, o CHEGA apenas pergunta como é que consegue ser tão eficiente a pagar os salários e horas extraordinárias, e bem,

atenção..., mas também a tapar um buraco na estrada... é só isso ..., porque parece que temos uma Autarquia que serve para se alimentar a si própria e aos seus.”.

(41:41 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, pediu que a Deputada Raquel Nunes esclarecesse o que queria dizer com a Câmara se alimentar a si e aos seus.

A Deputada Raquel Nunes não quis esclarecer.

(42:30 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou ao Deputado José Caetano que a linguagem usada nas propostas estava apropriada, que não houvera nenhuma alteração relativa aos procedimentos do Saldo de Gerência, e nada tinha a ver com falta de liquidez. Em relação às obras e à execução orçamental referiu o desfasamento que havia em relação à sua execução e aos valores ainda por receber do PRR. Apontou ao CHEGA alguma confusão entre o que eram operações orçamentais e operações contabilísticas, entre o procedimento que estava a ser feito e a Prestação de Contas, que iria ser apresentada na Assembleia Municipal seguinte. Sobre o IMT e as receitas de valor de património, referiu que havia rubricas ao nível do orçamento, que por lei eram calculadas com base em médias anteriores. Referiu-se também aos passivos financeiros e aos gastos de pessoal, e respondeu à Deputada Joana Medeira que a execução orçamental do PRR, se devia ao delay de tempo que ocorria entre o recebimento dos mesmos e o término dos projetos.

(49:40 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, lembrou que faltara a resposta à questão dos quatrocentos mil euros para o Barreiro Arena, e se o Município já tinha garantido ou não apoio por parte de fundos da União Europeia, ou se tinha em mente a contratação de mais um crédito a longo prazo como forma de investimento, dada a envergadura do projeto.

(50:39 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Pereira, disse ao Deputado José Caetano que ficara admirado de que não soubesse que o Saldo Gerência era precisamente o oposto a falta de liquidez, pois fora Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara. Disse que já se percebera que finanças locais não era o forte do Grupo Municipal do CHEGA e fundamentou. Explicou porque que não se iria avançar para o Pavilhão no ano em curso, bem como a importância dos documentos financeiros que estavam a ser apreciados.

(01:04:01 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, quanto ao argumento de que o forte do CHEGA não eram as finanças, lembrou que estavam ali para questionar o que liam, pois nem sempre o que estava no papel correspondia ao que entendiam. Elogiou a explicação da Vereadora Maria João Regalo que fora certinha e sem ataques, acreditava que nas próximas discussões orçamentais, iriam ter intervenções melhores e mais corretas.

(01:05:24 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Pereira, respondeu que estavam num Órgão político, e que tinha que pôr a nu o desconhecimento completo do Grupo Municipal do CHEGA em relação a finanças locais, e justificou.

(01:09:32 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.7 foi: - Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do PSD (3), e votos contra do CHEGA (5) – Deliberação N.º 68 (Mandato 2025-2029)

Colocado à votação o ponto 3.8 foi: - Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do PSD (3), e votos contra do CHEGA (5) – Deliberação N.º 69 (Mandato 2025-2029)

Colocado à votação o ponto 3.9 foi: - Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do PSD (3), e votos contra do CHEGA (5) – Deliberação N.º 70 (Mandato 2025-2029)

Colocado à votação o ponto 3.10 foi: - Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1), abstenção do PSD (3), e votos contra do CHEGA (5) – Deliberação N.º 71 (Mandato 2025-2029)

(01:11:00 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, “A nossa justificação para este voto é clara, a confiança não se baseia apenas em folhas excel e rubricas contabilísticas, mas sim na postura, na ética e no respeito democrático. Como é que o CHEGA ou qualquer barreirense pode conceder este aval financeiro e dar confiança ao Executivo do Partido Socialista, quando no rescaldo da vigília no nosso Hospital no passado domingo, um membro da vossa Vereação fez ameaças à integridade física de um cidadão e eleito local. E para agravar a situação, num descontrolo total que o faz de forma totalmente equivocada e dirigindo-se à pessoa errada, prometendo resolver as diferenças à cabeçada. Quem tem na sua equipa quem não possui elevação ética e autocontrolo para lidar com a indignação popular de forma pacífica, também não tem a idoneidade e a confiança do CHEGA para gerir os destinos e os dinheiros do Barreiro. Porque meus caros, política sem ética, não é política!”, declarou justificando o voto contra.

(01:12:22 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, deu nota das votações registadas aquando da eleição de representantes:

CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – 30 votos a favor, 1 em branco;
CONSELHO LOCAL DE MOBILIDADE - 30 votos a favor, 1 em branco;
CONSELHO LOCAL SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – 31 votos a favor;
CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO – 31 votos a favor;
CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE COINA E MATA NACIONAL DA MACHADA - 30 votos a favor, 1 em branco;
COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA – 30 votos a favor;
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – 22 votos a favor, 7 em branco, 2 nulos;
CONSELHO MUNICIPAL PARA A REABILITAÇÃO URBANA - 30 votos a favor, 1 em branco;

Colocou à votação as Atas:

ATA N.º 2 (MANDATO 2025-2029), REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO/DEZEMBRO, REALIZADA EM 3, 4 E 10 DE DEZEMBRO DE 2025;
Aprovada por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 72 (Mandato 2025-2029)

ATA N.º 3 (MANDATO 2025-2029), REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE JANEIRO DE 2026;

Aprovada por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 73 (Mandato 2025-2029)

ATA N.º 4 (MANDATO 2025-2029), REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE JANEIRO DE 2026;

Aprovada por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 74 (Mandato 2025-2029)

ATA N.º 5 (MANDATO 2025-2029), REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2026;

Aprovada por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 75 (Mandato 2025-2029)

ATA N.º 6 (MANDATO 2025-2029), REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 2026;

Aprovada por unanimidade com os votos do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 76 (Mandato 2025-2029)

3.12 PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO BARREIRO, MANDATO 2025/2029;

(01:14:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, indicou os elementos que tinham composto a Comissão de Revisão do Regimento, e deu a todos os parabéns pela rapidez com que a Revisão fora feita. Deu a conhecer os motivos de não ser o Coordenador José Luís Ferreira a fazer a apresentação do documento, mas sim o Deputado Joaquim Sousa Marques.

(01:15:35 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, explicou que fora uma comissão adoc formada pelos representantes de todos os grupos municipais e coordenada pelo Líder de Bancada da CDU. Descreveu as temáticas das alterações feitas votadas por unanimidade. A redução de tempo nas grelhas tipo A e B, nem a alteração na utilização de figuras regimentais reunira consenso. Deixou um apelo ao Presidente da Câmara, no sentido de poder dotar a Assembleia Municipal com orçamento para um relógio, que permitisse aos diferentes grupos municipais perceberem o tempo que tinham.

(01:20:22 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, agradeceu a todos o trabalho, as propostas e a forma de estar no decurso do processo, com respeito e capacidade de adaptação às alterações consensualizadas. O Bloco de Esquerda desde sempre dissera sentir-se confortável com o anterior Regimento, reconhecia que se tinha melhorado no global, a sua crítica ia apenas no sentido da redução de tempos, pois não via utilidade nem uma posição política clara para essas reduções, e justificou. Devido a isso o voto não iria ser favorável.

(01:24:45 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, agradeceu a todos o trabalho que fora feito de forma célere e com grande respeito pelos pares, esperando que isso se conseguisse manter ao longo de todo o Mandato. Acompanhava em muito o que fora dito pelo Bloco de

Esquerda, para o PSD havia duas decisões que feriam o Regimento e enunciou-as. Outra razão para votar contra, era o facto de ter sugerido a criação de mais condições de trabalho para os Grupos Municipais neste Órgão, entre elas a criação da figura não remunerada de assessor político dos grupos municipais, que não fora possível acomodar, mas era importante começar a pensar.

(01:28:52 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, declarou-se surpreendido por não ter sido o Coordenador a fazer a apresentação do trabalho feito. A proposta fora feita pelo Presidente da Assembleia Municipal, na altura concordara pela ousadia e singularidade da mesma. “Eu queira dizer ao Senhor Presidente, que vindo aqui falar em nome do Grupo de Trabalho iria ser ideologicamente neutro. Não iria formular juízos de valor sobre a propostas, e fazia uma intervenção praticamente idêntica àquela que o Senhor Deputado Sousa Marques aqui fez, e que também quero agradecer, acho que fez a síntese daquilo que foram os trabalhos do Grupo de Trabalho, portanto queria deixar aqui esta nota, que, concordando com a proposta que foi apresentada, registo no entanto a singularidade da proposta, que faça doutrina para o futuro, portanto em vez de ser os coordenadores dos grupos de trabalho que venha quem apresenta mais propostas, inclusivamente no grupo de trabalho.”, acrescentou. Deixou uma palavra de apreço aos restantes membros do Grupo de Trabalho pela forma como os trabalhos tinham decorrido que levava à sua apresentação de uma proposta atempada. Não estavam só em causa as reduções dos tempos das grelhas, mas também a redução nos articulados, estava crente de que isso iria enfraquecer a democracia, fragilizar uma das nobres competências da Assembleia que era fiscalizar a atividade da Câmara, e desprestigiar a própria Assembleia. “No entanto ainda queria trazer para esta intervenção dois elementos singulares, diria que não encontro uma palavra para poder exprimir aquilo que me vai na alma a propósito das duas singularidades, chamar-lhe-ia, para não dizer outra coisa. A primeira é que as propostas de redução do tempo, em relação articulado partem do Senhor Presidente da Mesa, quando nós sabemos que a Mesa em muitas sessões, se calhar é quem consome mais tempo do que qualquer uma das Bancadas. E, portanto, nós andamos a amearhar tempo, amearhar tempo para depois ser usado pela Mesa. E depois, o Partido Socialista que propõe fazer reduções de tempos à Câmara, quando passa o tempo a dar tempo à Câmara Municipal. E, portanto, isto não é só uma singularidade, diria que é um absurdo senão responderia ... o silêncio é a melhor resposta para o absurdo. Queria dar mais uma nota sobre esta absurdo, sobre esta obsessão de redução de tempos, quando temos uma Assembleia que se permite discutir, votar coisas que não existem como o que aconteceu com a primeira discussão que tivemos com o Acordo da CIM, onde andamos a perder tempo, para mais tarde vir a revogar essa decisão, porque a proposta de facto não existia.”, acrescentou. Pelos motivos referidos, declarou que a CDU iria votar contra.

(01:33:35 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “Senhor Deputado queria-lhe dizer que considero a sua intervenção no primeiro minuto e vinte e um, desleal e uma lição. Desleal porque aquilo que formulei na Reunião, e socorro-me do Rodrigo, do Luís, do Joaquim e do Francisco, foi no sentido de o ajudar, e o Senhor Deputado aquilo que disse na Reunião é que por si estava tudo à vontade. E quero dizer aqui que considero deslealdade aquilo que disse e não acho que a melhor resposta para o absurdo seja o silêncio..., é mesmo confrontar as pessoas com isso. E a lição que aprendi, e senhor Deputado vou-lhe ficar grato por isso, é não ir em socorro de quem depois não se comporta connosco da mesma forma. E, portanto, quero-lhe pedir desculpa, quero-lhe pedir desculpa, por ter sugerido uma coisa que julguei ser em sua proteção, que qualquer membro que esteve naquela

Reunião terá percebido o que era e o Senhor Deputado fez-se de mula e agora veio aqui fazer este número. Portanto fica aqui dito...é a minha interpretação... o Senhor Deputado fica com a sua verdade, eu fico com a minha... como já estavam lá cinco pessoas não está gravado.”, respondeu. Por estar convicto de que o Deputado mentira de forma absurda ao afirmar que o tempo era poupado para ser usado pela Mesa, na qualidade de Presidente da Assembleia e no sentido de esclarecer, pediu aos Serviços que fizessem um levantamento do tempo usado pela Mesa no último Mandato.

(01:36:03 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, agradeceu aos colegas da Comissão de Revisão do Regimento pelo trabalho célere e eficiente, agradeceu a presença do Presidente da Assembleia Municipal e a disponibilidade de apoio manifestada pelo Serviços. Referiu que todos os Partidos tinham contribuído com notas importantes, o Grupo Municipal do CHEGA, concordara mais com umas do que com outras, no geral estava convicto de que o novo Regimento iria trazer melhoras significativas à Assembleia Municipal. Acreditava que a redução e correção de tempos proposta, fosse para melhorar o funcionamento da Assembleia, e confiava que, caso os trabalhos fossem prejudicados, o Presidente da Assembleia Municipal seria o primeiro a fazer as alterações necessárias.

(01:37:40 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, “faço também minhas as palavras de todos os colegas da Comissão adoc, com quem tive a oportunidade de trabalhar junto em meia dúzia de reuniões, em que o espírito de colaboração de todos foi aquele que esteve em cima da Mesa e nos permitiu com a brevidade possível chegarmos hoje a esta Reunião da Assembleia Municipal e termos uma proposta de alteração do Regimento.”, iniciou. Referiu-se às duas grelhas consideradas com tempo excessivo e à redução de tempos á Câmara. Frisou que era bom lembrar que as grelhas de tempo usadas não correspondiam aos mandatos que cada Partido representava na Assembleia Municipal, era bom lembrar que o PS abdicara de algum do seu tempo para distribuir de forma democrática pelos outros Partidos, e que o mesmo acontecera com o número de mandatos de funcionamento das Comissões. Justificou, e acrescentou que não lhe parecia que estivesse ficado em causa a possibilidade de todos os partidos discutirem amplamente todos os assuntos, não tinha sido assim no passado, e não seria assim no futuro. Esperava que as introduções inseridas no novo Regimento ajudassem a que a Assembleia Municipal fosse mais ágil, funcionasse com mais fluidez, e acreditava no desempenho do Presidente para as tornar mais ágeis.

(01:43:21 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “Antes de mais queria registar, com a exceção daquele minuto e vinte e um, a forma como apesar das divergências que aqui foram registadas, e é patente a posição de cada um, a forma como todas as forças políticas se posicionaram naquilo eu diz respeito ao Regimento. Queria dar nota de que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, participei, mas respeitei a autonomia dos Partidos, não deixando de fazer as minhas propostas que num total foram dezanove, e destas treze, dois terços, foram votadas por unanimidade. Seis, não tiveram unanimidade, foram votadas pelo PS ou pelo PS e outras forças políticas, que se prendem com três coisas que sinto ser minha obrigação institucional explicar. Tem a ver com a forma como os nossos trabalhos funcionam e na duração que eles têm. As figuras regimentais propus que passassem de três para dois minutos, e quero dizer que achando um bom princípio, não vai trazer nenhuma limitação à liberdade de ninguém. Percebo que os Partidos provavelmente queriam figuras regimentais de cinco, dez, vinte... enfim, eu respeito que cada um vá

lutando para ter o máximo de tempo, mas para fazer um protesto, uma defesa da honra... para tudo isto os dois minutos chega perfeitamente, e se, nalgum momento sentirmos que não chegamos faremos essa reflexão. Até hoje têm chegado. Outra questão tem a ver com os tempos de leitura, foi provavelmente a proposta mais difícil que fiz, porque fui eu que a criei, não foi uma ideia de mais ninguém! E a razão pela qual fiz a proposta dos tempos de leitura contar, dizendo que o Deputado Francisco Alves muitas vezes usou esse tempo de leitura para fazer intervenção política, o que era indevido e foi tendo tolerância, a verdade é que o PAOD e a Informação Escrita do Presidente na minha visão institucional devem passar a ser discutido num dia. É também uma questão de respeito pelos nossos cidadãos nós termos uma melhor organização dos nossos trabalhos. Eu dizia isto numa conversa paralela que tínhamos, mas queria dizer hoje aqui de forma oficial. Eu acho que o bom funcionamento dos nossos trabalhos, é quando conseguimos ter o PAOD, que é está regulado na lei por sessenta minutos e normalmente nesta Casa dura cento e oitenta. Quero dizer isto de forma muito clara. A lei diz que temos sessenta minutos para o PAOD, onde são apresentados moções e documentos, e nós usamos cento e oitenta. E quero que os Senhores Deputados saibam o seguinte: - um debate de urgência na Assembleia da República, (aqui falam cinco forças políticas), na Assembleia da República há dez mais o Governo..., e quanto tempo tem um debate de urgência? Um debate de urgência tem quarenta e oito minutos... para dez forças políticas mais o Governo. E Senhores Deputados não vou falar do Parlamento Europeu, que aí até acho que é uma violência que os Eurodeputados portugueses tenham, um minuto ou dois minutos. Mas quero-vos dizer o seguinte, uma lei tem como padrão trinta e sete minutos de discussão, e nós estamos a falar a falar de ter grelhas que oscilam entre quarenta e três minutos, setenta e cinco ou cem... comparem lá... um debate com o Primeiro Ministro, com dez forças políticas tem cento e vinte e dois minutos. Portanto Senhores Deputados, eu tenho respeito por quem não pensa como eu, eu compreendo que toda a gente lute para ter o máximo de tempo para falar, mas eu pergunto, acham equilibrado quando nós tínhamos Assembleias que duravam cinco dias? Eu acho que não! Acham equilibrado que a gente reúna a Assembleia Municipal e discuta apenas o PAOD? Eu acho que não! Se os Senhores Deputados pensam que comparamos pior com o resto do País, nunca sejam eleitos por outra Assembleia Municipal porque vão descobrir que lá as condições são muito piores. Queria dizer que vamos conseguir em dois dias fazer a nossa Ordem de Trabalhos, quando necessário faremos três, e como Presidente da Assembleia Municipal mantereí a abertura para no caso de vermos que as coisas não funcionam bem, fazer como sempre fizemos, irmos evoluindo. Agora, sinceramente, nas figuras regimentais passar de três para dois minutos não vai prejudicar a qualidade da democracia local, a não leitura dos tempos, e fazermos o PAOD e a Informação Escrita não vai prejudicar a democracia local, pelo contrário, atualmente fazemos dois debates políticos iguais, um no PAOD outro na Informação Escrita, talvez nesse dia possamos centrar no PAOD e tomar posições políticas e na Informação Escrita fazer combate político ao Presidente, ou um incentivo ou um elogio ao Presidente, eu acho que é um bom exemplo que nós damos. E, nas declarações de voto o corte que foi feito foi que, os deputados podem fazer as declarações de voto orais que quiserem, têm o máximo de quatro minutos. Senhores Deputado penso que é proporcional, agora compreendo que este terço de propostas que não foi aprovado por unanimidade, tenho a convicção que vai melhorar os nossos trabalhos, e quero-vos dizer o seguinte, quando esta discussão ocorreu há quatro anos atrás, houve muitas discussões e os trabalhos melhoraram, quando foi há oito anos houve muitos protestos e os trabalhos melhoraram e a doutrina do Partido do José Luís Ferreira, a Coligação da qual faz parte, eu sei qual é porque estive em reuniões da Revisão do Regimento, e era assim, os votos distribuem-se pela percentagem..., “querem mais minutinhos, tenham mais votinhos”, João Raio, cito... e a segunda coisa que havia ali era que as Comissões são

onze e a CDU tem seis. E era assim que funcionava. Defendi a CDU uma vez do PSD num ataque que foi feito pelo então Deputado Municipal Bruno Vitorino que acusou a CDU de querer muitas sessões para se financiar, e se calhar fui injusto com o Deputado Bruno Vitorino na altura..., se calhar não fui..., tinha a ver com o facto de nós termos senhas... (eu sempre tive esta discussão com o Deputado Juvenal Silvestre pela discordância que temos, acho que a democracia têm que custar o que tiver que custar, mas há uma coisa que o Deputado Juvenal Silvestre tem razão, nós temos que ser responsáveis pela forma como usamos o tempo), e para mim, para os nossos Serviços, para as transmissões e para a forma como nos colocamos, eu não considero normal ter um PAOD que demore mais do que um debate de urgência, ou que dure mais do que um Orçamento de Estado, ou que dure mais do que uma lei da República. É uma questão de proporcionalidade. Senhores Deputados acho que nos estamos a dar ao respeito e não a ser diminuídos, mas enfim, dizer que não houve nenhuma visão do Deputado Rodrigo Mendes, Luís Bravo, Joaquim Sousa Marques, Francisco Alves e José Luís Ferreira, com exceção daquela questão do minuto e vinte e um, não houve nada que tenham dito que não seja de bom senso, é compreensível o que colocam, sei as posições de cada um, agora este Regimento é de toda a Assembleia, foi sempre assim, mesmo quando o PC os votava sozinho, os fazia sozinho e não ouvia ninguém.”, interveio.

(01:50:31 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, “duas notas que queria dar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que hoje me chamou de mentiroso, que me vai permitir de aqui para o futuro chamar-lhe sempre que eu entenda que ele está a mentir... primeira! Segunda, Senhor Presidente da Assembleia Municipal... (interrupção).

(01:50:45 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “não lhe chamei mentiroso, chamei-lhe mula...”, disse.

(01:50:46 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, “isso é a segunda! ... fiz-me de mula, foi o que disse..., mas disse que eu menti em relação ... (interrupção)”, ripostou.

(01:50:54 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “não, disse... (interrupção)..., Senhor Deputado está a interpelar a Mesa, a dizer uma coisa que não foi dito, peço imensa desculpa...”, acrescentou.

(01:51:08 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, “Senhor Presidente disse assim, menti quando disse que o Senhor Presidente fala demais, e o exemplo foi claro, hoje quando me sentei, o Senhor Presidente faz observações que foram superiores ao tempo que gastei aqui a intervir. Essa foi a primeira, que me permite também quando achar que lhe devo chamar mentiroso sem qualquer problema. Em relação ao fez-se de mula Senhor Presidente, estão aqui vários membros que assistiram à reunião, eu assinalei logo a singularidade da proposta, concordando com a proposta, registando a singularidade da proposta. E mais disse, disse ao Senhor Presidente nesse mesmo dia, que era homem para vir aqui sem fazer juízo de valor a apresentar enquanto Coordenador do Grupo de Trabalho, que era capaz de vir aqui sem buscar as posições da CDU..., isso faria na segunda intervenção. Estão aqui mais quatro ou cinco elementos que estiveram na Reunião, que não me deixam mentir. Portanto eu não me fiz de mula, sinalizei logo na hora. Não gosto desse tipo de atitudes de que ouviu e depois foi dizer. Portanto Senhor

Presidente, apesar de não termos estado no minuto e vim e um, eu mantenho tudo aquilo que disse!”, finalizou.

(01:52:28 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “primeiro peço desculpa por o ter interrompido, o Senhor Deputado sinalizou que era uma interpelação tivemos um mal-entendido o Senhor Deputado estava a usar do seu tempo..., depois dizer-lhe que há bocado usou quatro minutos e vinte e nove, eu vou só repetir para ficar repetido...eu não lhe chamei mentiroso, disse que tinha a convicção de que o Senhor Deputado tinha mentido, pedi ao Serviços para poderem confirmar..., agora o Senhor Deputado faltou à verdade quando disse que eu falei mais tempo, quando o Senhor Deputado falou quatro minutos e vinte e nove e eu não! Senhor Deputado seja como for, eu nunca vou permitir isto..., se sentir que há uma deslealdade eu digo..., digo aqui à frente de toda a gente, e hoje senti que houve uma deslealdade da sua parte. Porque eu comecei esta Reunião a dizer que achava que o Deputado José Luís Ferreira, se tivesse ido falar, iria fazer uma intervenção exemplar, foi assim que eu disse...não me ouviu. Portanto, não se repetirá da minha parte ter preocupações com os Senhores Deputados porque somos todos crescidos.”, acrescentou.

(01:53:43 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, e continuou: “quero que fique registado o seguinte, durante cinquenta anos nesta Casa, houve um Partido que se comportou como dono disto tudo, Partido Comunista Português, não respeitava a esquerda, não respeitava o Bloco de Esquerda, não respeitava a direita, não respeitava ninguém! A frase “querem mais minutinhos, tenham mais votinhos” ilustra o que é o vosso passado. E eu não aceito como Eleito desta Casa, lições de moral de ninguém! Defendo os Eleitos do CHEGA, do PCP, do Bloco, do PS, não faço fretes ao meu Partido..., percebo porque às vezes me querem atacar a mim... faz parte, aquilo que eu tento é ser leal num combate à dureza, naquilo que é a condução dos trabalhos tento ser um arbitro justo, nunca me arvorei de acertar sempre mas arvorei-me de defender esta Casa, e olhar à volta e ver que temos Atas, que temos hoje um Assessor, que temos uma Casa onde estar, que têm gabinetes, e no passado aquilo que foi entregue no dia em fui eleito em dois mil e nove, foi uma sala com um computador que não funcionava, sem cadeira, onde havia humidade e não havia condições para trabalhar. É preciso haver memória histórica, para não se cometerem figuras menos próprias.”.

(01:55:08 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.12 foi: - Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (18), abstenção do CHEGA (5), e votos contra da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 77 (Mandato 2025-2029)

(01:55:55 do vídeo)

Foi efetuada a leitura da Ata em Minuta, aprovada por unanimidade. Encontra-se inserta como **anexo XXIV**.

Nada mais havendo a tratar, a Reunião foi encerrada pelas vinte e três horas do dia quatro de março.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por unanimidade, na Reunião realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal
do Barreiro,

A Assistente Técnica,



André Alexandre Pinotes Batista



Filomena Maria Rodrigues Neves



24 Fev



25 Fev



4 mar